EDITORIAL

Entre tantos nomes, quem merece representar a Região dos Inconfidentes?

O período eleitoral se aproxima e, mais uma vez, a Região dos Inconfidentes apresenta diversos nomes dispostos a disputar espaço nas urnas. São pré-candidatos com diferentes trajetórias: alguns com experiência política nos cenários estadual e federal, enquanto outros construíram suas carreiras principalmente nos municípios e agora se apresentam como alternativas para ocupar cadeiras na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Deputados.

A diversidade de nomes é positiva. Uma região que pretende ampliar sua representação precisa ter pessoas dispostas a assumir essa responsabilidade. O problema começa quando a quantidade de candidatos passa a ser confundida com qualidade de representação. É preciso olhar para além do período eleitoral.

Campanha é o momento em que todos apresentam suas melhores versões. Discursos são preparados, compromissos são assumidos, promessas ganham espaço e a palavra "representatividade" aparece com frequência. Mas um mandato será exercido durante quatro anos, com decisões, votações, articulações e posicionamentos que terão impacto direto sobre a população.

Por isso, o eleitor da Região dos Inconfidentes precisa fazer uma pergunta simples e incômoda: quem é essa pessoa quando não está pedindo votos? Qual foi sua trajetória? O que fez antes de se apresentar como candidato? Quais causas defendeu? Quais posições assumiu quando não havia eleição no horizonte? Como se comportou diante dos problemas da cidade e da região? Cumpriu compromissos anteriores? Teve coerência entre discurso e prática?

Também é necessário observar a capacidade real de cada nome de representar os interesses regionais. Não basta ser conhecido, ter um grupo político forte ou possuir uma estrutura de campanha. Um deputado precisa ter articulação, conhecimento, independência e disposição para colocar as demandas da região onde as decisões são tomadas.

A Região dos Inconfidentes precisa eleger nomes da região ou simplesmente candidatos que tenham alguma ligação com ela? Quem está chegando agora à disputa também merece ser avaliado pelo que construiu até aqui. Experiência municipal pode preparar alguém para um desafio maior, mas é necessário demonstrar que existe um projeto político além da própria eleição.

O desafio é separar popularidade de preparo, promessa de compromisso, discurso de trajetória e campanha de coerência. Que os muitos nomes colocados à disposição sejam uma oportunidade de debate, e não apenas uma disputa por espaço ou poder. Que cada candidato seja confrontado com sua própria história. E que o eleitor não avalie somente o que será dito durante a campanha, mas também aquilo que foi feito ou deixado de fazer, quando ninguém estava pedindo seu voto.

No fim, a escolha será do eleitor. E talvez o melhor exercício democrático seja justamente este: menos encantamento com a campanha e mais memória sobre a trajetória de quem pede o voto.

EXPEDIENTE

JORNAL VILA RICA

CNPJ: 61.422.431/0001-30
Contato: (31) 9 8323-6899
E-mail: jornalvilarica@yahoo.com
Periodicidade: Impresso Mensal - Diário Digital
Tiragem: 5.000 exemplares

Siga-nos:

@JORNALVILARICA

Jornalista Responsável: Alberto H. A. Gireli – 0012169/MG
Direção Geral: Alberto Gireli
Edição e Reportagem: Gabriela Gomes
Revisão: Taciana Sant'Ana
Diagramação e Impressão: Algi Comunicação

PÁGINA ABERTA

Página Aberta é um espaço para artigos assinados de convidados e leitores, reunindo ideias e reflexões sobre os mais diversos temas.

Minas nasceu para ser minerada?

Por Kupan Puri | liderança do Coletivo Semente Originária



A mineração não "chegou" a Minas sozinha. Ela trouxe gente aos milhares, abriu caminhos, massacrou comunidades, desviou cursos d'água e alimentou uma economia sustentada por trabalho escravizado.

Apesar de erguer vilas, igrejas e fortunas, a exploração mineral deixou solo remexido, rios alterados, matas abertas... A paisagem de Minas começou a ser redesenhada junto com a economia que nascia ao redor do ouro.

Três séculos depois, a mineração mudou de escala e tecnologia e possui outras regras. Mas ainda permanece a ideia de que, onde há minério, minerar seria o único caminho natural. Em Minas, essa ideia ganhou até uma palavra confortável: vocação.

Quem vive aqui conhece a dependência da mineração por dentro. Ela aparece no salário no fim do mês, no movimento das lojas, nos contratos de prestadores de serviço, nos aluguéis e nas receitas municipais.

Só que a palavra vocação merece cuidado. Quando uma atividade econômica vira vocação, ela parece anterior às decisões que a colocaram ali. O resultado de uma ação minerária não fica restrito à área operacional da empresa. Água, estradas, municípios vizinhos e a vida econômica ao redor também entram na conta.

Me chama a atenção a régua usada para decidir quanto vale um lugar.Quando uma jazida é estudada, a conta começa com números muito objetivos: volume, teor, preço, vida útil, investimento, empregos e arrecadação. Água, solo, paisagem, saúde, deslocamentos, memória e outros usos daquele espaço aparecem depois, quase sempre agrupados sob a palavra impacto.

Antes de medir impacto, temos que rever e garantir direitos. E não só o direito das pessoas que moram na região, como também os direitos da natureza. A ordem importa.

Uma nascente que abastece uma comunidade não vale menos porque seu valor é difícil de converter em reais. Isso não elimina o valor econômico do minério. Apenas impede que ele seja o único valor tratado como concreto.

Há uma outra coisa a se observar: a facilidade de organizar o território a partir do que pode ser retirado dele. Foi assim quando o ouro reorganizou caminhos, trabalho e ocupação. Hoje, o minério continua definindo onde crescem empresas, como municípios planejam receitas, onde pessoas moram e até quais riscos uma região aceita assumir para sustentar sua economia.

O ouro continua fazendo seus escravos, num novo contexto e com imperadores mais sutis. Reconhecer essa dependência da mineração não obriga ninguém a aceitá-la como permanente. Uma região tão ligada à mineração deveria ser a primeira interessada em discutir diversificação econômica e recuperação ambiental. Também deveria ser possível dizer que determinadas áreas não devem ser mineradas sem que isso pareça uma afronta à identidade mineira.

Minas tem minério. Isso é um dado geológico. Onde explorá-lo continua sendo uma decisão. Decisão que precisa pôr as pessoas e o meio ambiente à frente do dinheiro.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariana entrega registro de imóvel regularizado a associada

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariana entregou à associada Vilma do Carmo Figueiredo o Registro do Imóvel Rural de sua propriedade, após a conclusão do processo de regularização documental. A entrega representa uma conquista para a trabalhadora e garante maior segurança jurídica sobre o imóvel.

O documento foi entregue pelo presidente do Sindicato, José Francisco de Carvalho, e pelo advogado Josimar de Carvalho, responsável, juntamente com a Assessoria Jurídica da entidade, pelo acompanhamento do processo de regularização.

Com a propriedade regularizada, Vilma passa a ter a documentação do imóvel formalmente reconhecida, trazendo mais segurança e tranquilidade para ela e sua família. O trabalho foi conduzido pela Assessoria Jurídica do Sindicato, que presta orientação e acompanhamento aos associados em questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores rurais e à regularização de propriedades.

Para a entidade, a entrega do registro demonstra a importância da assistência oferecida aos trabalhadores do campo e representa a transformação do atendimento jurídico em uma conquista concreta para a associada.

STRM



Na foto, o presidente do sindicato, José Francisco de Carvalho, a associada Vilma do Carmo e o advogado do sindicato, Josimar de Carvalho.

